

Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do DF – Consea, em 29 de março de 2012.

No dia 29 de março de 2012, às 9h40, na sede da Emater DF, o Sr. Secretário Executivo do Consea-DF, Hérmanos Machado deu início a 22ª Reunião Ordinária do Consea – DF com a seguinte pauta: (1) Abertura; (2) Informes - pelo Secretário Executivo do Consea-DF; (3) Bolsa Família e CADÚnico: pelo Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Daniel Seidel; (4) Operação PAA – DF/2012 – por Fátima Cassanti (SEAGRI); (5) Decreto Regulamentador; (6) Regimento Interno; (7) Palavra dos Conselheiros; (8) Considerações finais e (9) Encerramento. Os presentes na reunião foram: da Secretaria de Estado Desenvolvimento Social e Transferência de Renda o conselheiro titular Daniel Seidel - Secretário Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e a conselheira suplente Maria de Fátima Carvalho; da Secretaria de Estado de Agricultura, e Desenvolvimento Rural o conselheiro titular José Nilton Campelo Lacerda; da Secretaria de Estado de Educação a conselheira suplente Eliene Ferreira Sousa; da Secretaria de Estado do Governo a conselheira suplente Marcella Lopes Berte; da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a conselheira suplente Fernanda de Faria Fernandes; da Secretaria de Estado da Igualdade Racial a representante Leila Regina Lopes; da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento a conselheira titular Elaine Corradini; da Secretaria de Estado de Saúde a conselheira titular Adriana Haack Arruda Dutra; da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico o conselheiro titular Aroldo Teixeira Bilio Gebrim; Banco de Brasília a conselheira suplente Leane Cardoso Mundim; da Companhia de Saneamento Ambiental o conselheiro suplente Carlo Renan Cáceres de Brites; da Pastoral da Criança do Distrito Federal a conselheira titular Ana Maria Ferreira Melo; do Centro Comunitário da Criança a conselheira suplente Rita Silva Ramos; da Cáritas Brasileiras o conselheiro titular Vitélio Pasa; da Obras de Assistências e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília - OASSAB o conselheiro titular Euler José de Freitas; do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal – COPEV o conselheiro titular Josimar Francisco da Silva; da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno – FETADFE o conselheiro suplente Itamar Gomes Vitor; da Fundação de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR a conselheira titular Eleutéria Guerra Pacheco Mendes; da Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH a conselheira titular Marília Leão; da Associação de Produtores e Processadores de Leite do Distrito Federal e Entorno – APROLEITE o conselheiro suplente Fernando Cabral Viana; do Serviço Social da Indústria do Distrito Federal SESI a conselheira titular Ângela Aguirra Fiorese; da

Organização Não Governamental – GENESIS a conselheira titular Clara Terko Takaki Brandão; Secretaria Executiva do CONSEA DF, Hérmanos Machado; e os convidados: pela SUBSAN/SEDEST: Dillian Silva, Gabriela Franco; as estagiárias: Gisele Silva Garcia e Rafaela da Costa Santin, CAISAN DF: a Secretária Executiva Bianca Lazarini; o diretor da CEASA: Marcelo Piccin; SEAGRI/EMATER DF: Fátima Cassanti; da Emater: Marcello Resende; Povos Indígenas Rafael Wéréé e João Bosco. Inicialmente foi aprovada a ata da reunião por consenso, a qual foi enviada com antecedência aos conselheiros. Para compor a mesa de coordenação da presente reunião foram chamados o Sr. Daniel Seidel, Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda; o Diretor Executivo da EMATER-DF Marcelo Resende; a Diretora Executiva de Programas de Segurança Alimentar e Nutricional da SEDEST, Sra. Dillian César Silva; o Sr. Vitélio Pasa e a Sra. Clara Terko Takaki Brandão, ambos, representantes da sociedade civil. O Sr Hérmanos deu início a pauta com os informes: Foi publicado o novo Decreto de constituição do Conselho de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal,(CDRS-DF) e ao Consea-DF foi designado cadeira para representação naquele Conselho, para tanto é necessário indicarmos um representante deste Conselho para estar nos representando junto ao CDRS-DF. Também precisamos indicar um representante para a reunião de presidentes do CONSEA Nacional, nos dias 03 e 04 de abril; e por último, passou a palavra para a Sra Dillian para falar sobre a inauguração do Restaurante Comunitário do Riacho Fundo II, ela falou que este é o 13º Restaurante Comunitário entregue e que após longo período para licitação, começou a funcionar no dia 15 de março o Restaurante Comunitário do Riacho Fundo II, região necessitada deste aporte nutricional, e com preço acessível e que na sexta-feira, dia 23.03 foi inaugurado com a presença do Governador Agnelo Queiroz. Hérmanos deu boas vindas a todos os convidados, a presença da Comunidade Indígena, os índios Rafael e João Bosco e o Diretor da CEASA o Sr. Marcelo Piccin. Passou para Dra. Clara Brandão e Sr. Vitélio Pasa que saudaram a todos e falaram da importância deste Conselho especialmente ao direito à alimentação e cidadania. Envolvimento coletivo que facilita e possibilita a realização dos objetivos, atingido tanto a nível de governo quanto a nível de sociedade civil, e que estão à disposição para o bom desempenho dos trabalhos. O Sr. Marcello Resende, em nome da Emater, saudou a todos e parabenizou o secretário Sr. Daniel Seidel, que proporcionou um momento impar a Emater, que foi o 1º encontro de todos os gerentes dos CRAS com todos os gerentes dos escritórios locais da Emater. Isso foi muito importante porque a Emater não faz assistência técnica com filantropia barata no meio rural, e que querem fazer e levar ao meio rural as políticas públicas de direito. A reunião foi o marco no sentido de promover

a busca ativa nas áreas rurais que estão em extrema pobreza. E estão empenhados junto com o Secretário de Agricultura e a SEDEST, a assegurar essas famílias no conjunto de programas. Foi enviado ao executivo, o decreto regulamentador do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – o PAPA. Explicou, que os recursos são do Governo Distrital e o Governador aportará esses recursos. Pela lei do PAPA, compras de produtos manufaturados, não precisam de licitação. Com a NOVACAP, já entramos em entendimento para o fornecimento de flores pela cooperativa de agricultores familiares para a ornamentação dos canteiros de Brasília, que dispensa licitação. Seguindo a pauta, o Sr. Daniel Seidel deu boas vindas aos presentes, os representantes do governo, da sociedade civil, saudando o CONSEA DF, explicou que coloca na agenda a sua presença nas reuniões dos conselhos, para demarcar a importância e a valorização que este governo dá na participação e o controle social nas políticas públicas, e isso só é possível se o titular e todos da pasta venham prestigiar o Conselho. Disse também que “dentro daquilo que nós temos como missão no serviço público, temos que cada vez mais avançar”. Tem feito intervenção, fazendo toda uma jornada, tem acompanhado pela imprensa o assassinato de pessoas em situação de rua, (em Santa Maria e no Areal). Tudo isso desencadeou um processo de mobilização interna no Governo Federal. Por que o Governo Federal desde o lançamento do DF Sem miséria, tem feito um processo para elaborar a política para população de rua. Quando a Presidenta Dilma, pediu que a Ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário Nunes, se reunisse com o Governador Agnelo de Queiroz, nós fomos lá apresentar a política elaborada e no ponto de ser lançada. Como gestor público e comprometido com essa luta e essa causa, pedi ao Governador para não lançar a política antes da inauguração de um equipamento público para esta população. Porque todos nós somos agentes políticos, mas no Estado a burocracia às vezes se sobrepõe à lógica do atendimento desses protagonistas, a esses sujeitos de direito. Disse que como servidor público, também faz pressão para que as coisas se movam no governo. Frisou que seremos a primeira unidade da Federação brasileira tendo uma política própria para essa população em situação de rua, amplamente debatida com a sociedade civil. O governador Agnelo lançou o DF Sem Miséria em 07 de junho de 2011 e no dia 13 de junho de 2011, foi publicado decreto instituindo este comitê, e por isso fruto de várias conversas “não sem conflitos” e o conflito é o porquê da nossa dificuldade, dos agentes públicos de reconhecer estes, como sujeito de direitos. A nossa lógica é trabalhar numa forma para quem já está incluído, tanto que quando foi tramitar as políticas públicas para população de rua nas análises jurídicas, alguns juristas se detiveram a forma, dizendo que estavam avançando para além da Constituição Federal, porque de fato é uma luta de

instituição e reconhecimento de direitos para essa população específica e neste sentido é um avanço para que eles tenham acesso às políticas públicas de direito e a política pública de direito que eles mais acessam é o restaurante comunitário, ou seja, 1/3 da população de rua se alimenta nos Restaurantes Comunitários. Um dos avanços será de fato a gratuidade do acesso dessa população ao Restaurante Comunitário. Em breve a construção de três (3) novos abrigos e dois (2) centros POP, Centros de Atendimento da População de Rua, um no Plano Piloto e outro na Ceilândia. O secretário saudou a iniciativa, que foi conjunta, dos 16 escritórios da Emater com os coordenadores dos CRAS na busca ativa. O tema da SEDEST para este primeiro semestre é a busca ativa, 103.201 mil famílias já foram cadastradas no CADÚnico, a meta é de alcançar 190.000 mil até julho, o trabalho continua intenso, são mais 700 famílias cadastradas por dia. Distribuiu panfletos com endereços dos CRAS e a opção 156, um material de instrumento para busca ativa. Foram feitas uma série de reuniões, com as pastorais sociais das dioceses e outra reunião com as comunidades evangélicas, tem percorrido nos sábados, cada um desses grupos que tem em torno de 200 a 300 pessoas, pedindo à elas que colaborem pra encontrar todos os extremamente pobres, seguindo aquele exercício, que já tinha pedido para todos. Além de saudar o 13º Restaurante Comunitário do Riacho Fundo II, dizer também que estão buscando mecanismo para identificar quem está no CADÚnico, porque conforme preconiza o Decreto é estes que tem direito à alimentação subsidiada à R\$ 1,00 e os demais cidadãos e servidores públicos que gostam de almoçar nos restaurantes comunitários a proposta é que terão de pagar o valor de R\$ 3,00, (R\$ 2,89), o custo para o Estado. Uma forma de financiar a baixíssimo custo uma alimentação de qualidade e com isso focalizar nos mais pobres o acesso à essa alimentação de qualidade. Momento de buscar sustentabilidade dos programas das políticas sociais. Informou que 13.675 famílias começaram a receber o complemento R\$ 100,00 do DF Sem Miséria a partir de 14 de fevereiro, isso significa R\$ 2.200.000,00 à mais nas mãos das famílias extremamente pobres. Está sendo acompanhado pela Subsecretaria, avaliação e sistema de informação, georeferenciando cada uma dessas famílias, assim pode-se saber se elas estão tendo oportunidade de qualificação profissional e acesso aos serviços sociais. Saíram 13.0000 famílias da situação de extrema pobreza, que estão com renda maior que R\$ 70,00 por pessoa da família. Não foi do universo a totalidade, porque 701 famílias ainda tem o número de membros acima da complementação que prevê o limite de R\$ 300,00, agora que já se sabe onde estas famílias estão, teremos que cercá-las com outras proteções sociais e conseguir alcançá-las com o acesso dos restaurantes comunitários e outras políticas públicas. O anuncio e o desejo do Governador Agnelo Queiroz que é de superar a extrema

pobreza, a renda do DF Sem Miséria e do Bolsa Família, não substitui a renda salarial, estes são sempre a complementação da renda. Das 35.000 famílias, 12.012 famílias já estão com cadastros válidos e a partir daí 8.000 famílias também começaram a receber a transferência de renda e o DF Sem miséria, uma vez consolidada a transição. E destas 12.012 famílias, 4000 estão completamente fora dos critérios do programa. O CONSEA é aqui o controle social, vamos acompanhar mensalmente. O prazo final para o Decreto Regulamentador das etapas finais de transição será 29/04, dando como limite para o cadastramento de pessoas que estão nos atuais programas – Pão e Leite, Cesta Verde, Bolsa Social e Bolsa Escola - até o dia 30/05, porque depois que a pessoa se cadastra, leva um tempo para que ela seja habilitada como beneficiária do Bolsa Família. Nos meses de junho e julho queremos que as pessoas tenham os seus dados processados no CADÚnico e a partir de julho o completo desenho das pessoas dentro da política do DF Sem Miséria não tendo mais o provimento alimentar direto por meios dos programas anteriores, passando a ter o provimento institucional e outra novidade desta política pública, que é o café da manhã nas escolas. Superada a greve, a meta é de 50 escolas urbanas dentro do distrito Federal, sempre nos territórios de maior vulnerabilidade, implementando assim nestes territórios a superação da extrema pobreza. Relatou sobre o encontro com o governador Agnelo Queiróz, secretário da Casa Civil, o Sr. Swedenberger Barbosa, Luiz Paulo Barreto, onde o Governador confirmou que o Desenvolvimento Social é uma das 03 áreas de coordenação da secretaria de governo. Dentro do movimento social estamos por dentro deste caminho. O Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Econômico estão alinhados, assim a população irá ter a oportunidade de escolher o que comprar, isto é dignidade e direito humano. Fazer a transição dos programas não é uma obra fácil, o CADÚnico não oferece relatórios gerenciais, e para obter a relação dos participantes do programa que estão no CADÚnico, é um trabalho para quem entende de tecnologia da informação, a SEDEST está garimpando cada uma das informações. Para o fechamento manifestou o desejos de concluir a transição do CONSEA DF, que não está ainda de casa nova, estão sendo colocadas divisórias no 2º andar da 515 Norte, espaço dos conselhos e logo o CONSEA DF terá lugar digno para trabalhar e fazer as reuniões, e sua presidência nas mãos da sociedade civil para uma cooperação mais intensa e um acompanhamento maior de nossas políticas. A Caisan ficará mais próxima do gabinete do secretário, no 4º andar do anexo do Palácio do Buriti. Logo em seguida abriu espaço para perguntas. A Sra. Clara Brandão – sugeriu, no programa de complementação, uma contrapartida do beneficiário, com plantações de limoeiros e hortas perenes, acabando com uma parte da fome oculta; incluir pão integral enriquecido, bom para o intestino, para

organismo e imunidade; acrescentar 30% de farinha de mandioca panificada no pão, e que está a disposição para apresentar um trabalho junto com os padeiros. Respondendo, o secretário disse que em relação a contra partida, o Bolsa família tem as duas, que é o nosso desafio acompanhar a saúde e a escola, tentar organizar os usuários em grupos, com a meta de motivação no cuidado e cultivo se faça, se coordena as hortas domésticas; avançar em programas com a agricultura familiar; quanto a possibilidade de acrescentar a farinha de mandioca, a secretaria está aberta, e pode encaminhar formalmente para Secretaria, e promover encontro com os padeiros. Encerrando a fala do Secretário, ele pediu para se retirar em virtude de outros compromissos agendados e dando prosseguimento a pauta a Sra. Fátima Cassanti, Diretora de Compras Institucionais da SEAGRI foi convidada à falar sobre o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Falou que o Consea-DF é o fórum para exercer o controle social e o monitoramento das ações do PAA, motivando esta apresentação de como está o desenvolvimento do PAA no Distrito Federal. A Unidade da Federação demorou um pouco para entrar com o Programa, ele que traz uma proposição muito simples dentro do sistema da agricultura, foi colocado uma coordenação de compras institucionais que tem 03 gerências a Emater, Ceasa e SEAGRI. Com base no CADÚnico de fevereiro, as famílias cadastradas na área rural é de 17.785, sendo 11.344 famílias da área rural extremamente pobres, no Distrito Federal. Dentro disso tem uma estratificação onde uma parcela de famílias extremamente pobres com renda até R\$ 70,00 e uma outra parcela de famílias pobres com renda de R\$ 70,00 à 140,00. Diante dos dados, entender efetivamente qual a população a ser atendida, mas como Marcelo Resende colocou essas informações não se traz claramente se são produtores, eles vivem naquela área e não necessariamente que fazem uma produção. O conceito básico do PAA, que é uma ação estruturante do programa Fome Zero onde aporta recursos ano a ano do governo federal, MDS e MDA, e seus objetivos são: Remuneração Justa da Produção; Ocupação do Espaço Rural; Distribuição de Renda. Cada agricultor familiar pode entregar seus produtos ao governo até o valor de R\$ 4.500,00 por ano; Sobre o Combate à Fome temos a doação simultânea para entidades sócio assistenciais. Resumindo, no PAA são 05 modalidades aplicadas. Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, é efetuado pelo Distrito Federal e tem como forma de acesso os agricultores de forma individual, em cooperativas, associações ou grupos formais. Por estratégia do sistema da agricultura, não está trabalhando na forma individual as através de grupos que se apresentam nos escritórios da Emater-DF com objetivo de estimular o associativismo e o agrupamento, para se beneficiar das atividades associativas. O Distrito Federal tem now hall para atuar em 03 modalidades, a formação de

estoques para agricultura familiar esta acontecendo agora, e a compra da agricultura familiar com doação simultânea pela CONAB. Dentro da evolução do programa aqui no DF, em 2008/2009, 200 toneladas de produtos, em 2010/2011, 400 toneladas e o desafio para 2012 é de 1.200 toneladas de produtos, isso então triplica a entrada de produtos, amplia o número de produtores inseridos dentro do processo, e o número de pessoas beneficiadas através das entidades sócio assistenciais. Foi desenhado um fluxo lógico, nos anos anteriores tínhamos na verdade 03 raias atuantes, a Emater, o produtor e as entidades. Em 2012 estão inseridos outros agentes: SEAGRI, o Banco de Alimentos, as Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos (URDAS) e a SEDEST, cada um com o seu papel e suas responsabilidades. Temos como meta implantar uma central de processamento para o Banco de Alimentos e 06 pontos de recepção e distribuição de alimentos nas regiões administrativas. O café da manhã nas escolas, que é o provimento alimentar de refeição adicional, está sendo tratado dentro do PAA, trazendo remuneração às cooperativas de processamento de leite, entregando nas escolas, a manteiga, mussarela, iogurt e bebida láctea. Devido a greve dos professores, foram entregues em algumas creches próximas, havendo acompanhamento constante. Em termos de recursos são 5 milhões, destes, 1 milhão é efetivamente a contrapartida do GDF. Detalhando: R\$ 4.092.000,00 é destinado ao pagamento da produção do produtor familiar, sendo que R\$ 92.000,00 é para recolhimento do INSS e impostos. A dinâmica de operação do PAA é muito simples. Foi aberto em fevereiro a URDA de Brazlândia, que fica no Incra 08, hoje está sendo inaugurado uma URDA em Sobradinho, e estão em funcionamento as URDAs de Planaltina e São Sebastião além do Banco de Alimentos na CEASA . O objetivo é facilitar tanto a entrega do produto, pelos agricultores familiares, quanto o recolhimento dos alimentos pelas entidades, o que garante alimentos frescos e com qualidade. Antes o transporte de captação em todos os locais de produção era levado para CEASA, montava-se as sacolas e depois eram distribuídas e levadas para as entidades, isso tirava o frescor dos produtos, distanciando os próprios beneficiados. Hoje os agricultores sabem que seu produto esta indo para entidades sócio assistenciais, e a própria entidade tem uma interação com o agricultor neste espaço. Sobre a dinâmica de funcionamento do Banco de Alimentos contamos com equipe volante, um caminhão com materiais básicos, que viaja para todas as unidades, garantindo a padronização no processo, porque cada uma das unidades tem dia específico para recepção e dia específico para distribuição dos produtos, então, no mesmo dia por exemplo, o agricultor leva os seus produtos em São Sebastião e as entidades próximas daquela cidade buscam os produtos ali. Sobre o preço, a Emater através da GEDEC, fez o levantamento de 60 produtos, foi feita pesquisa de preços durante

36 meses e esse método de pesquisa de preço é aprovada pela CONAB. Para que possa aplicar um valor médio do último período, o valor é ajustado. Na execução atual, está na 6ª semana de operação, o MDS já liberou 2 milhões, 93% do valor foi reservado para 204 agricultores organizados em grupos informais, 02 cooperativas e 01 associação. 26 destes produtores já atingiram a cota de R\$ 4.500,00. A meta é de 886 produtores atingindo essa cota. R\$305 mil foram aplicado em 05 semanas de operação. 181 mil toneladas com 39 tipos de diferentes produtos foram adquiridos. 130 entidades sócio assistenciais estão cadastradas no Banco de Alimentos e contabilizados até agora 9.300 pessoas beneficiadas. A participação do CONSEA DF no PAA, está em uma das cláusulas do convênio que o GDF assinou com o MDS, ela indica que temos que garantir a seleção e o cadastramento das entidades beneficiárias e que tenha monitoramento do CONSEA. O Sistema de agricultura tem atuado sempre que ocorrem seminários convidando para eventos junto às entidades. A disponibilidade dos cadastros das entidades sócio-assistenciais no Banco de alimentos estão disponíveis para o CONSEA. Há clareza para informar o fluxo, os instrumentos e os critérios de cadastro no Banco de Alimentos. Encaminhamento dos relatórios de execução trimestral, assim como é atendido o Governo Federal, podemos formalizar encaminhamento desta execução para o CONSEA, para que assim ele possa garantir esse acompanhamento, porque o controle social desta política pública é feita pelo o CONSEA. O objetivo de implantação dessa política é que seja reconhecido como mercado seguro e duradouro, inserindo o agricultor ao mercado, ensinando-o como são as regras, para que torne instrumento e propiciar a formalização da organização de agricultores, que não estejam isolados individualmente, mas possam trabalhar em grupos, que seja canal para fomento da produção e a comercialização dos produtos processados, fortalecendo a organização de produção de alimentos para outros mercados formais. Proporcionar a prática da produção agroecológica e orgânica, o produto orgânico vale 30% a mais na tabela de preços referendados. Esta é uma proposição da implantação da política pública. Seria bom se o Sistema de agricultura pudesse estar sempre aqui na reunião do CONSEA trazendo o desenvolvimento desta atividade, para acompanhamento destes trabalhos. O Sr Hérmãos cedeu espaço de 10 minutos para perguntas: 1. Leila Regina – para entidades que também trabalham sem fins lucrativos, Quais são as possibilidades fazer um seminário com recorte étnico racial, para identificar e inserir essas entidades? Por que na questão de segurança alimentar, na matriz africana e dos quilombolas, tem uma especificidade assim como os próprios indígenas tem as deles e os ciganos estão inseridos nessa política. 2. Clara Brandão – Nesse café da manhã há uma introdução de produtos lácteos, quantos produtores

estão produzindo e qual o custo disto? A mandioca da hora que é colhida até chegar pra ser servida para as crianças, tem perda de 80% à 90%, vai ter um trabalho pra ser colocada na agua? Os temperos, estão na lista? E a fruta? E a orientação nutricional? 3. Marcella Lopes – Onde está disponível a lista? 4. Haroldo Teixeira – As entidades do Entorno estão inseridas no programa? Respondendo as perguntas, Sra. Fátima Cassanti: 1-. No 1º seminário foi convidado todas as entidades que atendem os critérios de cadastramentos no Banco de Alimentos, e todas estão sendo atendidas. Não se fizeram recortes ainda, apenas cadastro e o fornecimento dos alimentos. 2-. Se entende que algumas crianças tem alergia à produtos lácteos, mas que estes contém proteínas nobres que muitos não tem acesso. No âmbito do PAA, 67 produtores são fornecedores de leite, sendo 70% da agricultura familiar. As culturas mais simples é que estão chegando, como: o coentro, cebolinha e o pimentão, há uma evolução do programa para chegar a adquirir outros temperos, como o açafrão. A mandioca, ela vai sem nenhum corte, sem processamento ainda, ela sai da colheita direto para entidade, chegando ainda fresca. Já se tem frutas como: goiaba e limão. 3 e 4. Está sendo realizado verificação do raio de atuação do programa. A Sra. Eliene contribui, explicando que não se pode chamar de café da manhã nas escolas, porque o programa não atende apenas a refeição do café da manhã, é uma refeição complementar, que atende café da manhã, almoço, lanche da tarde e até a janta, atendendo os turnos de atendimento do escolar. O cardápio é muito diversificado, o lácteo é necessário, contém cálcio e proteínas, importante para o desenvolvimento físico das crianças. As escolas já foram mapeadas nos 33 territórios de vulnerabilidade. A escola Porto Rico que fica em Santa Maria que atendem crianças de Pedregal e Céu Azul de certa forma está atendendo o entorno. O cardápio está disponível no site da Secretaria de Educação. O sr Hérmãos agradeceu a explanação da Sra Fátima Cassanti e dando prosseguimento, passou para o último ponto de pauta sobre a minuta do Decreto Regulamentador do Consea-DF. Em seguida convidou a Sra Eliene para fazer a apresentação da referida minuta. A Sra. Eliene leu os principais pontos assinalados pela Comissão de Transição na minuta, com os conselheiros fazendo seus destaques e todos os pontos foram avaliados e aprovados pelo Plenário, como proposta de minuta do Decreto Regulamentador do Consea-DF à ser enviado e submetido à aprovação da Assessoria Jurídica da SEDEST. Ficou decidido pela assembleia que o Sr. Hérmãos Machado irá representar o CONSEA DF nas reuniões do CDRS e a Sr. Maria de Fátima Carvalho representará nas reuniões de presidentes no CONSEA Nacional . Para o fechamento e aprovação da minuta do Regimento Interno, ficou decidido uma reunião extraordinária do Consea-DF para aprovação do Regimento Interno para o dia 18 de abril, com local a definir e que a

secretaria executiva informará posteriormente o local. Nesse período a Comissão de Transição se reunirá para discutir a proposta de regimento interno a ser votada. O Sr Hérmanos agradeceu a presença e participação de todos e assim encerrou-se a reunião.